

CARLOS SANTIAGO  
csantiago@jj.com.br

### Greve dos servidores

Os servidores públicos de Jundiá, reunidos em assembleia na noite desta segunda-feira (29), decidiram entrar em greve a partir do dia 6 de junho. Mesmo assim, o presidente do Sindicato da categoria, Aparecido Luciani, tentará marcar, ainda hoje, nova reunião com a prefeitura. O funcionalismo pede INPC do período e 2% de ganho real. Caso as conversas não avancem, outra assembleia já está marcada para dia 5, para ratificar a greve.

### São Vicente

O vereador Wagner Ligabó (PPS) espera aprovar moção em que apela ao Estado para a inclusão do Hospital São Vicente no Programa 'Santas Casas Sustentáveis'. O programa classifica os hospitais em três níveis para, em seguida, destinar um percentual de repasse entre 10% e 70% a mais do que o estabelecido pela tabela SUS.

### Escola

Moção dirigida pelo vereador Marcelo Gastaldo (PTB) à Secretaria Estadual de Educação e Fundação para o Desenvolvimento da Educação vai pedir apoio para a reforma e a cobertura da quadra da Escola Estadual Padre Maurílio Tomanik. A escola atende estudantes da região do Parque Cecap.

### União

O vereador Paulo Sérgio Martins (PPS) é autor de moção em que apoia uma proposta de emenda à Constituição apresentada pelo senador Blairo Maggi (PP-MT). A PEC apresentada pelo 'rei da soja' (que, aliás, comemorou aniversário ontem) permite aos Estados unificarem suas polícias em uma única corporação civil de âmbito estadual.

### Temer

Pesquisa do instituto Pulso Brasil indica que o presidente Michel Temer alcançou, em maio, o seu maior índice de rejeição: 80% dos brasileiros consideram o governo dele 'ruim' ou 'péssimo'. O estudo também mostra que 93% dos entrevistados acham que o Brasil está no rumo errado. No ranking de impopularidade, Eduardo Cunha lidera com 88%. Temer tem 86%.

### Laboratório

O vereador Leandro Palmarini (PV) vai anunciar, na sessão desta terça-feira (30), apoio a projeto do deputado federal Ricardo Izar (PP-SP), que dispõe sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos.

### ► CÂMARA

Executivo quer vetar projeto que impede empresários 'ficha suja' de participar de licitações públicas

# Veto a projeto que amplia transparência é discutido

CARLOS SANTIAGO  
csantiago@jj.com.br

Os vereadores de Jundiá apreciaram, na sessão ordinária desta noite, o veto total apostado pelo Executivo ao projeto de lei 12.216. De autoria do vereador Edicarloos Vieira (PSD), o projeto veda a participação em licitações e a contratação de empresas cujos sócios ou proprietários tenham condenação por improbidade administrativa, crimes contra a administração pública ou outros ilícitos que impliquem em mau uso de recurso público. O projeto foi aprovado com 14 votos favoráveis, na sessão ordinária de 18 de abril.

Em sua justificativa, o Executivo argumenta que o projeto é ilegal e inconstitucional – já que "viola a Constituição, em seu artigo 22, a quem compete privativamente legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas".

O ofício do veto encaminhado pelo Executivo à Câmara cita um caso registrado na Região Centro-Oeste. Ali, o Supremo Tribunal Federal declarou 'inconstitucional' uma norma editada pelo Governo do Mato Grosso do Sul – lei que estabele-



SESSÃO ORDINÁRIA A partir das 18 horas desta terça-feira, vereadores apreciam 10 itens na pauta do dia da Câmara de Jundiá

cia, no âmbito da administração pública daquele Estado, 'a exigência de uma certidão para negociações diretas ou participação em procedimentos licitatórios'.

O autor do projeto de lei afirma que vai lutar pela derubada do veto. Edicarloos cita outra decisão do Judiciário (no caso, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina), para destacar que, na cidade de Brusque, houve entendi-

mento diferente – e o desembargador reconheceu que o município tem, sim, competência para legislar sobre o assunto.

"É incrível que, mesmo com todo esse mar de denúncias que estamos vendo, ainda há empresário mergulhado na lama que continue podendo fazer negócio com o poder público. Essa é uma sem-vergonhice que precisa acabar", desabafa. "Estou

conversando com meus colegas na Câmara para derrubar o veto", prossegue. "A luta é para que prevaleça a transparência".

### IPTU

Outro item da pauta será o projeto de lei 966/2013 (de autoria de Rafael Antonucci, PSDB), que muda o texto da lei ora em vigor sobre isenção de pagamento do IPTU para aposentados e pensio-

nistas. Pela proposta, cai a exigência de área total do imóvel (de 120 metros quadrados). A lei em vigor beneficia, com isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, quem se enquadrar nas seguintes condições: "aposentados e pensionistas que recebem até três salários mínimos, morem no local e que o imóvel tenha área total de 120 metros quadrados". Rafael Antonucci lembra que, quando foi votado o projeto inicial (em 1993), não havia limitação de área do imóvel – condição que só passou a vigorar a partir de emenda aprovada em 1995.

### Outros itens

A pauta da sessão terá um total de 10 itens – destes, quatro projetos: 12.221/2017 (de Romildo Antônio, PR, exigindo sistema de desarme automático de segurança em bomba de posto de revenda de combustíveis); 12.251/2017 (do Executivo, retificando a lei 8.763/17); 12.252/2017 (também do Executivo, revogando lei que exige referendo legislativo para prorrogação do contrato de exploração de serviço público); e 12.259/2017 (de Cícero da Saúde, PROS, prevendo, nas unidades municipais de saúde, livro para reclamações e sugestões).

### ► MINISTRO

## TSE não é joguete nas mãos do governo, diz Gilmar Mendes

O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal) e que também preside o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), afirmou nesta segunda-feira (29) que "o TSE não é joguete nas mãos do governo".

Mendes reage às informações, volta e meia divulgadas pela imprensa, de que ministros da corte eleitoral poderiam pedir vista do processo que pode levar à cassação do presidente Michel Temer para dar sobrevida a ele.

Ele acredita que as informações são repassadas aos

jornalistas por integrantes da equipe de Temer. "Fontes do Palácio do Planalto ficam palpitando, dizendo à imprensa como os ministros do TSE vão votar, se vai ter pedido de vista, se não vai ter", diz ele.

"Isso me irrita profundamente. Eles não sabem absolutamente nada do que ocorre no tribunal. Não cuidam nem sequer de seu ofício. Se fizessem isso, não estariam metidos nessa imensa crise", segue o ministro. "As fontes do Planalto são outro ramo das Organizações Tabajara, que é no que se

transformou o Brasil", afirma ainda o magistrado.

Ao dar palpite indevido, segue Mendes, "essas fontes tumultuam um julgamento que já é difícil". "Num julgamento complexo é normal pedir vista. Mas, se alguém fizer isso, não será a pedido do Palácio".

"Ficam alimentando especulações indevidas na imprensa. Agem como se o TSE fosse um departamento do governo. Repito: o TSE não é um departamento do governo", finaliza o magistrado. (Folhapress)

### ► REPATRIAR RECURSOS

## Justiça nega pedido de mulher de Eduardo Cunha

A Justiça Federal no Distrito Federal negou hoje (29) pedido da jornalista Cláudia Cruz, mulher do ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), para repatriar recursos que estão em uma conta bloqueada na Suíça durante as investigações da Operação Lava Jato.

A quantia, estimada em 178 mil francos suíços, cerca de R\$ 590 mil, estavam em uma conta que serviu para Cláudia Cruz bancar gastos pessoais em lojas de luxo com recursos oriundos de

propina recebida por Eduardo Cunha em um contrato da Petrobras em Benin.

Na decisão, a juíza Diana Maria de Silva entendeu que a jornalista não pode repatriar os valores por meio da Lei da Repatriação, embora tenha sido absolvida por falta de provas, na semana passada, pelo juiz federal Sérgio Moro.

"Apesar da absolvição da impetrante no juízo de 1º grau, tal ilação não tornou lícitos os valores encontrados em seu nome em contas do

exterior, ao contrário, eles foram confiscados, por terem sido angariados com recursos de propina, recebidos pelo esposo da impetrante", decidiu a juíza.

Na semana passada, Moro absolveu Cláudia Cruz da acusação da prática dos crimes de lavagem de dinheiro e de evasão de divisas no processo que investiga o pagamento de propina, oriunda do superfaturamento do contrato da Petrobras, ao deputado Eduardo Cunha. (Agência Brasil)

### ► PARA VOTAÇÃO

## PEC do Foro e outras quatro estão prontas

Aprovada em primeiro turno no final de abril, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 10/2013, que acaba com o foro especial por prerrogativa de função, pode ser votada em segundo turno pelo plenário do Senado a partir de hoje (30). Além da chamada PEC do Foro Privilegiado, a pauta do Senado tem outras quatro PECs prontas para deliberação.

Uma delas é o segundo turno da 64/2016, que torna imprescritível o crime de estupro. Pelo texto não importará o tempo da ocorrência até a denúncia, o acusado terá de responder a processo criminal, podendo ser condenado mediante provas. A proposta inclui ainda o estupro no rol dos delitos inafiançáveis.

Também na pauta, mas para apreciação ainda em primeiro turno, está a PEC

77/2015, que trata da prestação de contas para municípios de pequeno porte. Há ainda a 103/2015, do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), que permite o recesso parlamentar no meio do ano mesmo sem aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias; e a PEC 2/2017, do presidente da Casa Eunício Oliveira (PMDB-CE), que situa os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública. Seis medidas provisórias (MPs) trancam a pauta do Senado e até que sejam apreciadas, só as propostas de emenda à Constituição, que não dependem da votação de MPs, podem ser apreciadas. Entre as medidas, o destaque é a 764/2016, que autoriza a cobrança de preços diferentes para compras em dinheiro ou em cartão de crédito. (Agência Brasil)



SENADO Propostas estão aptas para serem apreciadas e devem gerar discussão